

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.454 - MG (2019/0046671-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : VENICIO NASCIMENTO MOREIRA DA COSTA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. PARECER ACOLHIDO.

Recurso prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Venicio Nascimento Moreira da Costa** – preso preventivamente, ao lado de Jader William de Souza, pela prática, em tese, do delito de tráfico de drogas –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Três Corações/MG (Processo n. 0693.18.006228-5).

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 489.866/MG.

Ocorre que o presente recurso perdeu o objeto.

Isso porque, de acordo com as informações extraídas do *site* do Tribunal de origem, tem-se que, em 18/2/2019, nos autos da Ação Penal n. 0062285-23.2018.8.13.0693, da 1ª Vara Criminal da comarca de Três Corações/MG, foi proferida sentença condenando o recorrente.

Consoante a reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de *writ* que questiona decreto de prisão preventiva anterior (HC n. 365.344/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).

Afinal, *a prolação de sentença condenatória em que se reconheceu, ainda que em decisão sujeita a recurso, mas em cognição exauriente, a culpa do paciente,*

ocasião em que a adequação da medida cautelar imposta foi reexaminada à luz de um espectro fático-processual de maior amplitude e profundidade. Assim, o estado de liberdade, atualmente, é alvo de ato jurisdicional superveniente, autônomo, de requisitos específicos e que desafia impugnação própria (STF: HC n. 138.238/PR, Ministro Edson Fachin, DJe 22/2/2017).

De qualquer maneira, o primitivo decreto de prisão não revelava nenhuma ilegalidade aparente, uma vez que baseado em fator real de cautelaridade ante as circunstâncias do crime.

Posto isso, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator